



Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

# Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena  
Editora

Ano 2019



Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

# Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena  
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P769	Política social e gestão de serviços sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-756-7 DOI 10.22533/at.ed.567192511  1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.  CDD 361
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Conforme uma tendência verificada em escala mundial, a proteção social brasileira teve sua trajetória histórica fortemente influenciada pela desigualdade social advinda da expansão do capitalismo industrial e por crescentes lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX. Porém, destacam-se as especificidades e contextos inerentes de cada região. A realidade brasileira historicamente foi permeada por contradições sociais e econômicas, que tem forte impacto na condução e execução das políticas sociais.

A política social e os bens e serviços sociais emergem das relações sociais de uma sociedade em constante transformação e são produtos de uma arena de conflitos, ao mesmo tempo em que buscam consenso reproduzem a manutenção da ordem e do controle. Logo, a compreensão destes conceitos implica necessariamente em considerar as relações de tempo e espaço da sociedade, assim como a conjuntura econômica, social, cultural e política.

Esta coletânea intitulada “Política Social e Gestão dos Serviços Sociais” apresenta reflexões acerca da concepção da Política Social e da Gestão dos Serviços Sociais, e, questões transversais que influenciaram a concepção, transformação e os movimentos sociais para o seu aprimoramento. Os autores utilizam diferentes metodologias, tais como: revisões bibliográficas, análise documental, abordagens técnicas e qualitativas, pesquisa de campo com entrevistas e estudos de casos. Cabe ressaltar, que a variedade das discussões asseguradas neste exemplar, que é composto por vinte e três artigos, é também intrínseca a configuração do próprio desenrolar da política social, que perpassa por diferentes meandros e tem uma infinidade de possibilidades e desdobramentos.

Este livro reúne uma coletânea de artigos, que foram subdivididos em dois blocos centrais. O primeiro bloco é composto pela contextualização da política social e por reflexões sobre sua influência no processo de trabalho do Assistente Social. Assim, os autores realizam ponderações acerca da conjuntura de institucionalização da política social, com apontamentos sobre o contexto histórico do desenvolvimentismo e pós-desenvolvimentismo na América Latina e elucidação do desmantelamento das políticas sociais na contemporaneidade. Trata-se de uma obra plural, que inclui análises sobre interlocução da política social junto ao processo de trabalho do Assistente Social, abordando mercado de trabalho, a autonomia profissional e reflexão acerca da influência do coronelismo, clientelismo, assistencialismo e da religião no Serviço Social, que são eixos fundamentais para pensar a estruturação desta profissão.

No segundo bloco os autores discorrem sobre políticas sociais públicas, como: Política de Assistência Social, Adolescentes e Jovens, Sistema Penal - Segurança Pública, Racial, Habitação e Saúde. Para tanto, analisam aspectos sobre a pobreza e a conformação da Assistência Social como política pública, abordando inclusive a estruturação da Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de

Assistência Social e demonstrando variadas experiências locais. Esse conjunto de inquietações foi primordial para adentrar a discussão sobre os adolescentes, jovens e as famílias, que foi analisado sob a ótica da Proteção Social Básica, ato infracional, medidas socioeducativas e do processo de desligamento dos jovens, institucionalmente acolhidos, ao completarem a maioridade.

Na sequência, o livro apresenta uma análise sobre o sistema penal na sociedade capitalista, que possibilitou a discussão sobre os desafios da desigualdade racial, e também foi explanada a situação dos refugiados acolhidos no Brasil e a perpetuação do racismo. Além disso, a obra contempla a discussão sobre a desigualdade socioespacial, incluindo ponderações sobre a conformação dos espaços urbanos, do direito à cidade e das implicações do Programa de Aceleração do Crescimento. E, por fim, apresenta distintas pesquisas realizadas, que versam sobre a avaliação de desempenho, análises documentais, análise da percepção dos gestores sobre o programa do Governo Federal e pesquisas com enfoque nas políticas de saúde.

Ressalto que, na atualidade, os ataques e cortes das verbas para a Educação Pública influem diretamente na restrição do desenvolvimento dos projetos, que indicam à limitação da realização da pesquisa e do alcance dos necessários resultados. Considerando a fragilidade deste cenário torna-se ainda mais essencial visibilizar os estudos técnicos científicos, sobretudo pelos resultados, que são engendrados as lutas sociais e buscam a manutenção e execução das políticas sociais e dos serviços sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS E PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES NA AMÉRICA LATINA EM SUAS BASES DECOLONIAIS	
Mariza Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925111</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
O DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	
Thaynara Moreira Botelho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925112</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICA SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL	
Angela Kaline da Silva Santos	
Lucicleide Cândido dos Santos	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925113</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
MERCADO DE TRABALHO, TRABALHO E AUTONOMIA RELATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL	
Carlos Antonio de Souza Moraes	
Gabriela Mendes Moreira Schocair	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925114</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA CORONELISTA NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE	
Adriano Pereira Basilo de Oliveira	
Erica Silva de Oliveira	
Vaniele Soares da Cunha Copello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925115</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>62</b>
SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO/RELIGIOSIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Vinicius Pinheiro de Magalhães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925116</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>74</b>
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL PRECÁRIO E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Lívia Daniela de Brito Berlandi	
Leana Oliveira Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925117</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>84</b>
O SUAS NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE AS LÓGICAS DO APERFEIÇOAMENTO E DA RESTRIÇÃO	
Poliana de Oliveira Carvalho Solange Maria Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925118</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>95</b>
POBREZA, VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NO BAIXO AMAZONAS	
Dayana Cury Rolim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925119</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>107</b>
AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS E O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF	
Rosilene Marques Sobrinho de França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
O ATO INFRACIONAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE	
Dora Susane Fachetti Miôtto Maria José Coelho dos Santos Eliaidina Wagner Oliveira da Silva César Albenes de Mendonça	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>130</b>
PERSPECTIVAS ACERCA DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS AO COMPLETAREM A MAIORIDADE, NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL	
Carol Colpo Gubert Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi Daniela Tonús	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>145</b>
A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PENAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Andressa Silva Veloso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251113</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO RACIL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva Maria José Coelho dos Santos Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva Dora Susane Fachetti Miotto Marcelo Plotegher Campinhos César Albenes de Mendonça Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251114</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>167</b>
REFUGIADOS CONGOLESES: A EVIDENCIAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL	
Suellen Felix Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>178</b>
REFLETINDO SOBRE A INSERÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NOS PLANOS DIRETORES	
Sueli do Nascimento	
Celena Pereira Rabello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>188</b>
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES	
Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva	
Maria José Coelho dos Santos	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva	
Marcelo Plotegher Campinhos	
César Albenes de Mendonça Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>199</b>
INVESTIMENTOS PÚBLICOS E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREA DE ZEIS: MORADIAS DE ALUGUEL NA COMUNIDADE DA SERRINHA, FLORIANÓPOLIS-SC	
Raquel Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>212</b>
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM DIFERENCIAL PARA ATUAÇÃO DOS COLABORADORES DO RAMO IMOBILIÁRIO	
Fernando Cavalheiro Silva Da Roza	
Nadya Regina Bilibio Antonello	
Claudia Aline de Souza Ramser	
Letícia Marasca	
Steffani Nikoli Dapper	
Luis Felipe Dias Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>233</b>
PERCEPÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ SOBRE O PANORAMA DO PROVIMENTO DO MAIS MÉDICOS	
Marlon Gibb Barreto Zimmer	
Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251120</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>246</b>
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (PGRSS) DE UMA GRANDE REDE DE FARMÁCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Thâmara Carollyne de Luna Rocha	
Amanda Bastos Castro	
Djalma Coriolano da Silva Júnior	
Rodrigo Lisboa Nunes de Oliveira	
Maria Cleciene Fontes de Oliveira Thomaz	
Débora Dolores Souza da Silva Nascimento	
Stéfani Ferreira de Oliveira	
Maria Joanellys dos Santos Lima	
Williana Tôrres Vilela	
Karolynne Rodrigues de Melo	
Pedro José Rolim Neto	
Rosali Maria Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251121</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>259</b>
INTERVENÇÕES PARA USUÁRIOS DE DROGAS BASEADAS NA ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	
Ana Maria da Silva Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>268</b>
A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DE QUESTÃO SOCIAL: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
Rosângela Nascimento Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251123</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>280</b>
ATENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA: A SISTEMATIZAÇÃO DAS MEDIDAS ORGANIZATIVAS PARA SEU CONTROLE NO BRASIL	
Thaislayne Nunes de Oliveira	
Mônica de Castro Maia Senna	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251124</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>292</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>293</b>

## PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL PRECÁRIO E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

**Lívia Daniela de Brito Berlandi**

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS.  
Departamento de Serviço Social. Cuiabá – MT.

**Leana Oliveira Freitas**

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS.  
Departamento de Serviço Social. Cuiabá – MT.

**RESUMO:** Este texto toma como objeto de análise o desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, após a Constituição Federal de 1988. De início, apresenta uma breve contextualização das gestões governamentais no período 1990 a 2016, expondo como Assistência Social brasileira foi reconhecida por cada governo. Posteriormente, pontua-se os marcos legais que orientam o desenvolver desta política, bem como a atuação profissional na Proteção Social Básica para exemplificar e fundamentar as situações nas quais se desenvolvem a PNAS, após a implementação do Sistema Único de Assistência Social- SUAS.

**PALAVRAS-CHAVE:** Proteção social básica; Assistência Social; Atuação profissional.

**BASIC SOCIAL PROTECTION OF SOCIAL ASSISTANCE - BETWEEN PRECARIOUS PROFESSIONAL WORK AND PRECARIZATION OF SERVICES**

**ABSTRACT:** This text takes as its object of analysis the development of the Política Nacional de Assistência Social - PNAS, after the Constituição Federal de 1988. At first, it presents a brief contextualization of the governmental administrations from 1990 to 2016, showing how Brazilian Social Assistance was recognized by each government. Subsequently, the legal frameworks that guide the development of this policy are pointed out, as well as the professional performance in Proteção Social Básica to exemplify and substantiate the situations in which PNAS develops, after the implementation of the Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

**KEYWORDS:** Basic social protection; Social assistance; Professional performance.

### 1 | INTRODUÇÃO

A Assistência Social assume condição de destaque na realidade brasileira ao compor o Sistema de Proteção Social, instituído pela Constituição Federal de 1988; com a homologação da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993 – LOAS/93 e, muito posteriormente, com a aprovação da Política

Nacional de Assistência Social – PNAS em 2004, que estabeleceu o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que entra em vigor em 2005.

Assentado no modelo de Seguridade Social, o Sistema de Proteção Social que abarca as áreas da Saúde, da Previdência Social e da Assistência Social, se desenvolveu de forma desigual em cada uma dessas políticas em específico. No âmbito da Saúde, a Lei Orgânica da Saúde e criação do SUS se instituíram em 1990 (LOS – nº 8080/90, e SUS – nº 8142/1990). Na área da Previdência Social, a reestruturação do INSS também ocorreu no mesmo ano (Decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990).

Apesar da criação da LOAS em 1993 (Lei nº 8742/1993), somente em 2004 tem-se a criação da PNAS, e em 2005 do SUAS, ou seja, 15 anos após a instituição do Sistema de Proteção Social brasileiro. Em uma política de “recente” criação, contida em uma Constituição também recente, era de se prever a ocorrência de divergências operacionais e problemáticas em seu exercício, considerando o seu breve processo de sistematização.

O modo de organização das ações da assistência social preconizadas na PNAS/2004 está estruturado em dois tipos de proteção social; a proteção social básica (PSB) e a proteção social especial (PSE), prevendo, ainda, dois níveis de complexidade, média e alta.

A proteção social básica se operacionaliza por meio do Serviço de Proteção Integral à Família - PAIF que, por sua vez, se desenvolve no Centro de Referência em Assistência Social – CRAS (porta de entrada dos serviços da PNAS), cujas ações abrangem a rede de proteção social disponível no município de referência, como também atividades internas relacionadas ao fortalecimento de vínculos entre os usuários e seus familiares, com o intuito de prevenir violação de direitos.

A NOB-SUAS (2005), a NOB-RH/SUAS (2006) e demais expedientes normativos orientam a operacionalização e gestão dos serviços, desde objetivos e metas da política, pontuando seu carácter descentralizado e de execução tripartite, como indicando a relação de profissionais necessários para materialização dos serviços.

A preocupação com marcos normativos que orientam o desenvolvimento dos serviços decorre da possibilidade eminente de precarização da qualidade do trabalho ofertado aos usuários, considerando não só as exigências das demandas internas do CRAS, como das requisições de acompanhamento familiar e das condicionalidades dos Programas de Transferência de Renda Condicionada – PTRC, como o Bolsa Família que, no âmbito da PNAS, ganha status primordial e passam a consumir em demasia tempo e energia da restrita e mínima equipe de trabalho. É, portanto, sobre a relação trabalho profissional precário e a precarização dos serviços na proteção social básica de assistência social que repousa a preocupação deste estudo.

A pesquisa documental foi o recurso de que se valeu esse estudo para identificar as formas de assistência social propostas pelo Estado entre os anos 1990 e 2000, e se debruça sobre o seguinte material: Resolução CNAS nº 109/2009; Caderno de Orientações - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília/DF: 2016; NOB-RH/SUAS Anotada e Comentada – MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília/DF:2014; Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Brasília/DF:2014.

A premissa central que orienta o debate aqui apresentado assenta-se no questionamento sobre o número de profissionais indicados na NOB-RH/SUAS (2006) ao atendimento de demandas apresentadas ao corpo profissional que no CRAS não se limitam ao PAIF, mas envolve àquelas advindas da rede socioassistencial.

## **2 | A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA DOS ANOS APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

A partir da Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã, emerge o que poderíamos caracterizar como Estado Social brasileiro que passa a assumir novas funções no campo das políticas sociais, abrindo, assim, novos espaços para efetivação dos direitos sociais.

A implementação do que essa máxima legislação prevê sobre direitos no campo assistencial foi alvo de vários embates dos quais muitos perduram até os dias de hoje. Mesmo porque, a Assistência Social, como política entra na cena pública brasileira envolta em ambiente de explícita redução do Estado. Conforme observa Silva (2006), a reorientação o operacional do Estado ancorava-se na justificativa de melhor eficiência e desempenho da ação pública estatal como recurso à superação de crises políticas e econômicas:

No Brasil a reforma do estado significou desestatização. Em nome da eficiência, da produtividade e da qualidade, a produção estatal de determinados bens e serviços, é transferida para agentes do setor privado inclusive na área das políticas sociais [...] Observa-se uma clara tendência de restringir ou modificar a ação do Estado, seja pela redução da aplicação de recursos públicos, seja pela transferência de responsabilidades para instituições privadas, consideradas de interesse públicos, embora não sejam estatais mas com o aporte de recursos do orçamento público. (SILVA, 2006, p. 127).

Esperava-se, no entanto, que durante o governo do então presidente José Sarney, as políticas públicas assumiriam um novo padrão consoante às prescrições constitucionais. Contudo, permaneceram presas ao seu caráter compensatório, assistencialista e emergencial. À época, a prioridade declarada era a estabilização econômica como caminho de obtenção da estabilização política. A política social, por seu turno, restringiu-se a mediar a questão da miserabilidade em que se encontrava parcela significativa da população brasileira. Marca-se nesse período, portanto, o início do processo de focalização da assistência social contrariando os dispositivos previstos pela Constituição Federal de 1988.

Nos governos seguintes, de Fernando Collor de Melo e Itamar Franco, os projetos

políticos continuaram priorizando a estabilidade econômica visando a continuidade do investimento do capital estrangeiro. Naquele momento ocorreram várias transições de moedas; todas em busca de uma estabilidade que de fato se findou com a criação do Plano Real implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 à 2002).

Apesar de ser o primeiro presidente eleito por voto direto após o regime militar, o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi marcado por uma crise econômica e política. Por um lado, o país vivenciou uma campanha eleitoral de cariz elitizado, apoiada e amplamente divulgada pelos meios de comunicação a respeito de um projeto de “reforma necessário” com intuito de tornar o Brasil mais atrativo ao mercado estrangeiro e como medida necessária para superar instabilidades financeiras herdadas do regime militar. Por outro lado, o rápido descontentamento da população com as medidas econômicas adotadas pelo governo, agravadas pelas denúncias de corrupção, vai exigir o impeachment de Collor.

Em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o desmonte dos direitos sociais assegurados pela C.F. 1988 foi sendo posto em prática, seja pela continuidade do tratamento focalizado conferido à políticas sociais de perfis universais, como também no combate às formas de organização da classe trabalhadora que, por sua vez, perseguia uma articulação nacional no âmbito sindical.

A burguesia brasileira ligada ao capital estrangeiro, manteve nesse momento vínculos convenientes com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com o objetivo de consolidação de doações de capital para grandes empresas. Desta forma, foi tido com um governo de capacidade gerencial de conflitos:

O período FHC (1995-2002) caracterizou-se, portanto, pelo ataque concertado (o eufemismo concertação social o designava) aos direitos sociais e, sobretudo, às organizações mais combativas dos trabalhadores, seja de maneira abertamente violenta contra entidades de trabalhadores que resistiam (caso, por exemplo, do sindicato dos petroleiros), pela permanência e aprofundamento da truculência policial, seja pela violência indireta – privatizações a toque de caixa e estímulo às demissões. (FONTES, 2010, p. 264).

A assistência social, no início dos anos 1990, continua se desenvolvendo focalizada e centralizada, porém, com novas formas pensadas para a melhoria no acesso por parte da população de extrema vulnerabilidade. De acordo com Silva, Yasbek e Giovanni (2014), no ano de 1991 é aprovado o Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM, de autoria do então senador Eduardo Suplicy, considerado referência naquele período, pois destinava-se a todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos, que auferissem renda inferior a três salários mínimos. Este programa é tido como fundamental para que, mais tarde, em 2003, se criasse o Programa Bolsa Família, que também ganha relevância como ação de transferência direta de renda para população de extrema vulnerabilidade.

Silva (2006) considera a transferência direta de renda como uma forma de executar a assistência conciliada com as lógicas do mercado liberal e que se tornou

tendência como ação de governo:

Embora desmercantilizadora, a oferta de benefício 'in cash', 'in kind' ou 'in voucher', - nas expressões norteamericanas -, não constrange, obviamente, a lógica mercantil, sendo-lhe subsidiária. Garantia de renda mínima, tipicamente socioassistencial, representa possibilidade de consumo. (SILVA, 2006, p.125).

Segundo Almeida (2004), durante a administração de FHC foram criados programas concebidos como componentes de uma rede de proteção social que incluiria também a previdência rural e os programas não-contributivos da assistência social: Bolsa-Escola, Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, Agente Jovem, Programa de Saúde da Família, Programa de Apoio à Agricultura Familiar, além do Projeto Alvorada, em 2.361 municípios brasileiros com maior proporção de habitantes situados abaixo da linha da pobreza. Todos esses programas se desenvolveram com a transferência direta de renda aos beneficiários, com gestão centralizada no governo federal.

Contrariando todas as expectativas positivas que se tinham em relação ao Governo Lula, este manteve premissas contestáveis de seu precedente, o presidente Fernando Henrique Cardoso. Não se incorre em impropriedades afirmar que muitos dos projetos implementados pelo governo Lula, a despeito de sua boa receptividade, guardou estreita sintonia com a cartilha neoliberal.

Em que pese ter sido no seu governo a aprovação da atual PNAS e em decorrência a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, consolidando, portanto, avanços significativos na área da assistência social, não se pode negar, de igual modo, que o caráter pontual, focalizado e seletivo tenha sido mantido no desenho organizacional da Política de Assistência Social.

Coerente às tendências de cunho neoliberal, a política de assistência social foi, cada vez mais, se realizando sob marcas emergenciais e residuais e o princípio da universalidade, paulatinamente, substituído com força e grandeza pelo da seletividade, ganhando aderência e vinculação à concepção de pobreza focalizada, largamente defendida e recomendada pelos organismos multilaterais. Tais conceitos foram fundamentais e imprescindíveis na formatação de Programas de Transferência de Renda (PTR) implementados nesse governo.

No que se refere às equipes profissionais definidas para atuar no âmbito dos serviços, programas e projetos da Proteção Básica de Assistência Social, a Norma de Operação Básicas -SUAS (2005) e NOB-RH/SUAS (2006) orientam a operacionalização e gestão dos serviços, desde objetivos e metas dessa política, pontuando seu carácter descentralizado e de execução tripartite, como também indicando a relação de profissionais necessários para materialização dos serviços.

A PNAS se constitui dividida em duas partes centrais em sua operacionalização: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Conforme os princípios e diretrizes da NOB-RH/SUAS (2014) a proteção social básica se realiza no Serviço de Proteção

Integral a Família - PAIF.

O trabalho do PAIF se desenvolve no Centro de Referência em Assistência Social - CRAS e se constitui em ações que abrangem a rede de proteção social disponível no município de referência no qual os usuários são moradores, como também de atividades internas relacionadas ao fortalecimento de vínculos entre os usuários e seus familiares, com o intuito de prevenção à violação de direitos, assim como também proporcionar novas vivências às famílias usuárias e comunidade local. Considerando as orientações deste serviço, entende-se a importância de sua execução de maneira consistente e comprometida por parte da gestão descentralizada responsável pela materialização dos serviços, e das equipes de referência no atendimento ao público.

A Proteção Social Especial é considerada a área responsável pelo atendimento de demandas de média e alta complexidade dos serviços socioassistenciais, ou seja, quando o usuário se encontra em violação de direitos. De acordo com as orientações da NOB-RH/SUAS (2014), os serviços de média complexidade são materializados pelo Serviço de Proteção de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, realizando-se no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

A seletividade, como já afirmado, foi se sobrepondo à universalidade com a justificativa de que, para materialização do que estava prevista na Seguridade Social brasileira pós CF88, seria necessário criar critérios de acesso e conseqüentemente condicionalidades que circunscrevessem o público prioritário. Esse posicionamento foi proeminente na formulação, por exemplo, do Benefício de Prestação Continuada – BPC, e de programas de transferência direta de renda os quais, a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, passam a ter grande relevância no desenvolvimento da PNAS.

O Cadastro Único – CadÚnico, passa a ser a principal forma de acesso a benefícios e programas previstos e desenvolvidos pela PNAS. Consiste em um sistema de informações auto declaratório, desenvolvido junto à Caixa Econômica Federal, em que os usuários passam por um questionário padronizado junto aos cadastradores, informando dados sobre a realidade socioeconômica da família. Dentre os benefícios e programas que utilizam deste recurso para sua autorização, temos o Programa Bolsa Família e o BPC.

Em junho de 2011, o Governo Federal lançou, por meio do Decreto nº 7.492, o Plano Brasil Sem Miséria – BSM, com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014, sendo assim, o plano se desenvolveu durante a primeira gestão do governo de Dilma Roussef. Segundo o livro O Brasil Sem Miséria desenvolvimento pelo MDS (2014), em março de 2013, os últimos brasileiros do Programa Bolsa Família que ainda viviam na miséria transpuseram a linha da extrema pobreza. Com eles, 22 milhões de pessoas superaram tal condição desde o lançamento do Plano.

A assistência social permanece central na conjuntura de desenvolvimento da Seguridade Social brasileira. Por conseguinte, o número de usuários que passam a ter acesso à assistência também aumenta. Contudo, a forma como as normativas legais

orientam a forma de acesso, trabalho e número das equipes de atendimento nas áreas de proteção social da PNAS, ainda se faz de maneira equívoca em relação ao crescente acesso por parte da população em contrapartida com “os poucos” profissionais para atender tais demandas.

### **3 | PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: IMPLICAÇÕES NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A preocupação com os marcos normativos que orientam o desenvolvimento dos serviços se dá tanto pela apreensão com a precarização do trabalho ofertado aos usuários, considerando os acompanhamentos necessários a determinadas condicionalidades estabelecidas por programas e serviços, como também pela sobrecarga profissional aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Apesar de reconhecer que, historicamente a assistência social brasileira nunca se desenvolveu de forma mais abrangente como após a implementação do SUAS, é necessário perceber e pontuar os equívocos que podem justificar uma possível revisão com intuito melhoria desta política.

Considerando necessário para esta discussão, podemos analisar como exemplo, as principais normativas que orientam o trabalho desenvolvido pela Proteção Social Básica da PNAS. Sobre a atuação profissional da Política Nacional de Assistência Social, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais no Art. 1º, a Assistência Social no âmbito da proteção social básica, desenvolvida nas atividades do CRAS, se define e detalha em três serviços: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Segundo o Caderno de Orientações - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (2016, p.7) o CRAS é a referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção social básica do SUAS. De acordo com a NOB-SUAS (2005, p. 21) família referenciada é aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos por órgão federal, pactuados e deliberados.

Dentro dos serviços do CRAS, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF se sobressai. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), o PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. As ações do PAIF consistem em: acolhida; atendimento (individual ou coletivo); ações particularizadas; ações comunitárias; encaminhamentos; oficinas com famílias.

O Caderno de Orientações sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (2016), sugere que a

oficina com famílias tenha duração de 60 a 120 minutos e que sejam realizadas com no mínimo, 7 e, no máximo, 15 participantes, de acordo com os objetivos a serem alcançados. Estas atividades devem acontecer de forma regular, assumindo a cada semana, quinzena ou mês, temas diferentes, conforme as demandas acompanhadas no grupo.

Contudo, questiona-se o volume de profissionais permitidos na NOB-RH/SUAS (2014), para atender as demandas apresentadas, que no CRAS não se limitam, como já afirmado ao PAIF, como também àquelas advindas da rede socioassistencial de caráter continuado e não continuado, como também de demandas espontâneas.

O número de profissionais que compõe as equipes técnicas no âmbito da Proteção Social Básica, é estruturado de maneira proporcional ao de famílias referenciadas nas unidades. Se torna, portanto, necessário o questionamento de como em um município, por exemplo, de “Pequeno Porte II” de acordo com a NOB-RH/SUAS, que define a composição da equipe de referência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, para a prestação de serviços e execução das ações, é orientado a atender até 3.500 famílias com apenas 2 assistentes sociais e 1 psicólogo na equipe técnica de nível superior.

Segundo o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União através do Portal Transparência Brasil referente ao Serviço de apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família, os dados sobre o ano 2016 foram de que o orçamento da ação do programa era de R\$ 455,00 milhões, contudo, as despesas na execução da ação do orçamento do programa foram de R\$ 375,69 milhões. No ano de 2017, o orçamento aumentou para R\$ 512,00 milhões, e as despesas na execução finalizaram para R\$ 499,55 milhões. O objetivo de apresentação destes dados é pontuar que, entende-se que com o aumento das despesas, existe um possível aumento de beneficiários, assim como também situações de aumento do valor transferido às famílias, considerando as atualizações cadastrais pelo Cadastro Único.

Tais situações exigem que estes beneficiários sejam assistidos pelas equipes técnicas de referências dos serviços socioassistenciais, em que o acompanhamento possui uma natureza “mais” direta da rede socioassistencial.

Diante dessa realidade, questiona-se a qualidade dos serviços prestados a estes usuários que já se encontram em situação de vulnerabilidade por um conjunto de problemas de ordem econômica, social e política. Torna-se evidente em todas estas exposições a inquietação sobre o número de técnicos previstos pela NOB/RH – SUAS (2014), e sua implicação na precarização do atendimento, tanto para o usuário quanto para o trabalhador SUAS. Aqui nos atentamos apenas para a realidade da Proteção Social Básica. Contudo, não desconsideramos outras requisições igualmente importantes em outras áreas de atuação da PNAS.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória empreendida permite entender o contexto no qual a Política Nacional de Assistência Social se desenvolve no âmbito do Sistema de Proteção Social brasileiro, considerando ademais sua coincidência temporal com a agressiva ofensiva neoliberal que impôs a supremacia da focalização de direitos consagrados universais na Constituição Federal de 1988. Isso explica sua legalização tardia: 15 anos após a Constituição que a instituiu.

O trabalho realizado em uma sociedade mercantil acaba por lhe determinar uma limitação assumindo contornos demarcados pelas necessidades de sobrevivência. O trabalho digno, por outro lado, não está disponível para uma grande parcela da população. Desta forma, quando o homem é privado até mesmo da possibilidade de garantir seu sustento, decorrente de um sistema econômico, político e social excludente a dignidade é comprometida.

Dessa forma, levando em conta as argumentações apresentadas enfatizamos que os profissionais das equipes técnicas do CRAS possuem demandas diárias de acompanhamento familiar advindos do PAIF, e que abrangem também os outros núcleos da rede socioassistencial. O combate à miséria e a mediação da extrema vulnerabilidade no âmbito da proteção social básica, depende de medidas que vão além das políticas de seu financiamento, e passam, necessariamente, pela exigência de revisão da composição das equipes profissionais inseridas nesta área da política, tida como fundamental para acesso inicial à PNAS, mas que se desenvolve com precariedade, o que compromete diretamente o acesso e continuidade nos processos de acompanhamento aos usuários.

As considerações aqui propostas não se abstêm dos determinantes sociais em que se desenvolve a PNAS, sobretudo, no atual contexto político e econômico da sociedade brasileira. Mas, concordando com Mota (2010, p.49), este estudo entende que a superação da Questão Social, tal como ela hoje se expressa, implica em escolhas ético-políticas e uma direção ideológica referenciada por um projeto político de classe, que para sua realização, requer rigorosa análise e delineamento de estratégias de luta, balizadas pelas possibilidades contidas nas condições históricas existentes. Lutas que, longe de serem profissionais, são sociais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **A Política Social no governo Lula**. Revista Novos Estudos, CEBRAP, n. 70, p. 7-17, nov. 2004. Disponível em: [http://socialsciences.scielo.org/pdf/s\\_nec/v1nse/Maria\\_Herm%EDnia\\_Tavares\\_de\\_Almeida](http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_nec/v1nse/Maria_Herm%EDnia_Tavares_de_Almeida). Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília/DF: 1993.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília/DF: 2004.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília/DF: 2014.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Caderno de Orientações** - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília/DF: 2016.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Plano Brasil sem Miséria**. Disponível em: <http://www.brasilsemiseria.gov.br/apresentacao>. Acesso em: 09 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Normativa Operacional Básica** - NOB-RH Anotada e Comentada. Brasília/DF: 2014.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Normativa Operacional Básica** - NOB SUAS. Brasília/DF: 2012.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **RESOLUÇÃO Nº 109 DE NOVEMBRO DE 2009**. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília/DF: Diário Oficial da União Nº225, 2009.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. **Serviço de apoio a gestão descentralizada do Programa Bolsa Família**. Portal da Transparência. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-e-acoas/acao/8446-servico-de-apoio-a-gestao-descentralizada-do-programa-bolsa-familia?ano=2017>. Acesso em: 17 ago. 2018.

DRAIBE, Sônia. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social**. Revista Tempo Social - USP, São Paulo, p. 63-101, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a04v15n2.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2ª ed, Editora da UFRJ: Rio de Janeiro, 2010. (Capítulos 4 e 5 – p. 215-301).

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação**. 14. ed. Porto Alegre, s.n., 2008.

GIOVANNI, Geraldo Di; SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. **A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Simone Garcia. **“Facultado” O Financiamento da Política de Assistência Social no Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 2009. 64 f. Trabalho de Curso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. Cortez: São Paulo, 2006. (Capítulo 3 e 4 – p. 89 - 185).

SILVA, Marluce Aparecida Souza. **Manual de Normalização para trabalhos acadêmicos: artigos, comunicações científicas, projetos e dissertações**. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2015.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Thaislayne Nunes de Oliveira:** Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ações afirmativas 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 176

Adolescentes 30, 102, 114, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 153, 167

Assistencialismo 88, 103

Assistencialista 48, 49, 52, 56, 76, 131, 137, 275

Assistência social 18, 29, 30, 31, 32, 34, 39, 40, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 114, 115, 116, 117, 123, 124, 126, 127, 143, 153, 184, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 285, 292

Ato infracional 118, 119, 124, 128, 152, 153, 154

### C

Capitalismo 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 30, 33, 56, 60, 63, 67, 72, 97, 107, 108, 109, 111, 115, 119, 120, 121, 122, 127, 146, 147, 180, 196, 271, 272

Capitalista 2, 3, 7, 11, 14, 15, 17, 19, 27, 38, 42, 52, 59, 93, 95, 96, 97, 98, 104, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 127, 145, 148, 149, 151, 153, 185, 192, 194, 195, 196, 208, 271, 277

Cidadania 12, 15, 57, 59, 66, 72, 82, 83, 95, 113, 117, 118, 120, 124, 126, 127, 128, 147, 157, 181, 234, 269, 274

Classes sociais 108, 121, 163, 183, 190, 192, 194

Clientelismo 59, 88

Clientelista 48, 49, 51, 52, 56, 57, 59, 103

Coronelismo 49, 50, 59, 189

Coronelista 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60

Crime 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154

### D

Desemprego 15, 20, 34, 38, 50, 86, 100, 105, 121, 123, 146, 148, 181, 205

Desenvolvimentismo e Pós-Desenvolvimentismo 5

Desigualdade 19, 20, 25, 26, 31, 38, 86, 104, 110, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 157, 158, 163, 166, 169, 172, 173, 187, 188, 190, 197, 199, 206, 235, 271, 277

Desigualdade social 19, 38, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 158, 169, 173, 190, 271, 277

Desigualdade socioespacial 194

Determinantes sociais 82, 287, 289

Direitos sociais 13, 17, 18, 20, 38, 59, 60, 70, 76, 77, 104, 120, 121, 127, 174, 181, 240, 274, 275, 284, 292

Drogas 29, 70, 152, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267

### E

Encarceramento 145, 146, 150, 151, 152, 154, 155

Estado 4, 6, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 48, 49, 50, 52, 53, 57, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 83, 86, 87, 88, 90, 93, 95, 104, 105, 108, 109,

114, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 154, 158, 161, 162, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 180, 184, 185, 186, 192, 193, 195, 207, 213, 235, 236, 242, 243, 244, 270, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 283, 284, 285, 288, 291  
Exclusão social 46, 109, 114, 174, 189, 192, 272  
Extrema pobreza 26, 27, 79, 109, 111, 112, 113, 120

## **F**

Famílias 26, 27, 28, 79, 80, 81, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 95, 99, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 136, 138, 163, 180, 201, 207, 209, 240, 273, 275  
Focalização 17, 18, 19, 30, 38, 76, 82, 85, 86

## **G**

Gestão de pessoas 213, 214, 215, 225, 231, 232

## **I**

Inclusão social 30, 32, 72, 95, 96, 120, 122, 123, 127, 156, 157, 164, 274

## **J**

Jovens 33, 72, 73, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 126, 130, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144  
Justiça social 17, 27, 87, 105, 121, 123, 184  
Juventude 29, 69, 72, 107, 108, 109, 115, 117, 123, 138, 139, 140

## **M**

Marginalização 70, 109, 157, 165, 184, 192  
Marxismo 21, 24, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73  
Marxista 7, 12, 14, 24, 31, 50, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 147  
Medida socioeducativa 125, 154  
Meio ambiente 8, 186, 190, 193, 196, 247, 248, 249, 251, 254, 256, 258  
Mercado de trabalho do assistente social 35  
Miséria 27, 79, 82, 83, 168, 169, 174, 186

## **N**

Negros 107, 109, 110, 116, 146, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 172, 173  
Neoliberal 13, 16, 17, 25, 38, 39, 56, 57, 78, 82, 86, 88, 100, 109, 196, 272, 285  
Neoliberalismo 25, 27, 39, 56, 86, 107, 272

## **P**

Pobreza 3, 8, 11, 15, 17, 20, 26, 27, 49, 50, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 162, 168, 174, 181, 184, 186, 190, 192, 210, 236, 271, 275, 277  
Política de habitação 194  
Política econômica 15, 25, 26, 30

Política pública 17, 83, 85, 87, 88, 111, 141, 193, 234, 275, 284

Políticas compensatórias 16, 105

Projeto ético e político 42, 46

Proteção social 22, 25, 32, 33, 38, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 111, 116, 122, 126, 127, 274, 275, 286, 291

## Q

Questão social 16, 30, 32, 38, 39, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 72, 82, 86, 93, 96, 97, 100, 105, 106, 107, 112, 113, 116, 117, 121, 123, 124, 126, 127, 147, 148, 192, 268, 269, 270, 271, 274, 275, 276, 277

## R

Racismo 72, 110, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 174

Refugiados 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Relações sociais 14, 31, 36, 37, 43, 44, 71, 98, 101, 115, 117, 122, 126, 164, 165, 177, 183, 185, 189, 190, 194, 276

Religião 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 170, 171, 186

Religiosidade 62, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 73

Riscos 41, 86, 96, 100, 105, 112, 114, 163, 164, 202, 251, 262, 266, 280, 287, 289

Riscos sociais 86, 96, 112

## S

Saúde pública 196, 242, 245, 256, 259, 280, 282, 284, 285, 287, 289, 292

Seguridade social 16, 18, 22, 32, 75, 79, 83, 85, 87, 89, 90, 94, 105, 111, 272, 273, 275, 276, 287, 292

Seletividade 18, 78, 79, 85, 86, 88

Serviço social 13, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 93, 95, 107, 129, 138, 140, 141, 144, 167, 175, 178, 179, 268, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292

Sistema penal 145, 146, 152, 154

## T

Teoria social crítica 1, 2

## U

Universalidade 78, 79, 150, 273

Urbanização 50, 107, 112, 114, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 198, 199, 200, 210

Urbano 40, 45, 109, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 210, 254

## V

Violência 12, 48, 49, 50, 51, 57, 59, 60, 71, 73, 77, 107, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 127, 128, 133, 138, 139, 145, 148, 150, 174, 177, 190, 272, 277, 292

Vulnerabilidade social 95, 96, 100, 101, 102, 105, 111, 112, 115, 138, 139, 141, 209, 277

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-756-7



9 788572 477567